

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.863.305 - PR (2020/0043296-0)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL**  
**ADVOGADO : JOAQUIM MIRO - PR015181**  
**ADVOGADOS : ANA TEREZA BASILIO E OUTRO(S) - RJ074802**  
**BERNARDO GUEDES RAMINA - PR041442**  
**FERNANDA CARVALHO DE MIERES - RJ145184**  
**PAULO OSCAR IGLESIAS CHERMONT DE MIRANDA -**  
**RJ172678**  
**RECORRIDO : ASTOR PEDRO SCHMIDT**  
**ADVOGADO : NILTON GIULIANO TURETTA E OUTRO(S) - PR023773**

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial, interposto por OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (fls. 600-631 e-STJ), assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES CUMULADA COM PERDAS E DANOS E ADIMPLEMENTO CONTRATUAL - NEXO CAUSAL COMPROVADO - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO PRESENTES - LEGITIMIDADE PASSIVA CONFIGURADA - INTERESSE DE AGIR CONFIGURADO - TAXA ADMINISTRATIVA - DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA - ALEGAÇÃO DE INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - NÃO CONFIGURAÇÃO - INCIDÊNCIA DO CDC - APLICAÇÃO DO ART. 359 DO CPC - FATOS ALEGADOS NA INICIAL COMO VERDADEIROS - REGIMES DE CONTRATOS DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - PAID - DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES - CONVERSÃO EM INDENIZAÇÃO - SÚMULA 371 DO STJ - APLICABILIDADE - PRECEDENTE DO STJ "APURAÇÃO DO VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO NO MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO" - VALOR DA COTAÇÃO DAS AÇÕES NA BOLSA DE VALORES DA DATA DA RESPECTIVA INTEGRALIZAÇÃO (NÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO) - CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE O MOMENTO EM QUE OS VALORES DEVERIAM TER SIDO PAGOS OU CREDITADOS AO INVESTIDOR - JUROS A PARTIR DA CITAÇÃO - POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO NAS EMPRESAS CINDIDAS PELA ANTIGA TELEPAR, INCLUSIVE QUANTO À DOBRA ACIONÁRIA - SUCESSÃO DA TELEPAR PELA BRASIL TELECOM EM TODOS OS DIREITOS E OBRIGAÇÕES - GRUPAMENTO DE AÇÕES - POSSIBILIDADE EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DILUIÇÃO ACIONÁRIA - NÃO OCORRÊNCIA - PEDIDOS SUBSIDIÁRIOS DE JUROS, BONIFICAÇÕES, DIVIDENDOS, DOBRA ACIONÁRIA E OUTRAS VANTAGENS - CABIMENTO - LIQUIDAÇÃO QUE DEPENDE APENAS DE SIMPLES CÁLCULO ARITMÉTICO - APLICÁVEL, NO CASO EM TELA, O ARTIGO 475-B

DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS.

Opostos embargos declaratórios (fls. 634-640 e-STJ), restaram desacolhidos na origem.

Interposto recurso especial, foi inicialmente sobrestado, em razão da afetação do REsp n. 1.388.097/RS e do REsp n. 1.385.932/RJ à sistemática dos recursos repetitivos.

Submetido à retratação, o órgão colegiado, em novo julgamento, assim decidiu (fls. 848-859 e-STJ):

JUÍZO DE RETRATAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL - ARTIGO 1030, II DO NCPC E ARTIGO 543-B, §3º DO CPC/73 E ARTIGOS 109 E 110 DO RITJPR - JUÍZO DE RETRATAÇÃO COMO PROCEDIMENTO PRÉVIO DO RECEBIMENTO DE RECURSO ESPECIAL - ACÓRDÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AOS APELOS INTERPOSTOS POR ASTOR PEDRO SCHMIDT E 01 S/A - RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO PELA. PARTE APELADA 01 S/A - PLEITO DE APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DA CONVERSÃO DA OBRIGAÇÃO EM PERDAS E DANOS PELA COTAÇÃO DAS AÇÕES NA BOLSA DE VALORES NA DATA DA RESPECTIVA INTEGRALIZAÇÃO (SÚMULA 371 DO STJ) E APÓS, A MULTIPLICAÇÃO DESSE NÚMERO SEJA PELO VALOR DA SUA COTAÇÃO NA BOLSA DE VALORES NA DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA - EXISTÊNCIA DE RECURSO REPETITIVO SOBRE A MATÉRIA (REsp nº 1.301.989/RS DO STJ) - APLICABILIDADE DAS QUESTÕES JURÍDICAS HARMONIZADAS EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL - PERTINÊNCIA - ACÓRDÃO PARCIALMENTE REFORMADO EM JUÍZO DE RETRATAÇÃO.

Opostos novos aclaratórios, foram rejeitados (fls. 875-880 e-STJ).

Nas razões do apelo nobre (fls. 655-706 e-STJ), a insurgente alegou violação aos seguintes dispositivos de lei federal:

(i) artigo 535, inc. II, do CPC/73, porquanto não sanados os vícios apontados nos aclaratórios;

(ii) artigo 460 do CPC/73, aduzindo que o julgamento foi *extra petita*;

(iii) artigos 267, inc. I, 283, 295, inc. I, por considerar inepta a petição inicial;

(iv) artigo 100, § 1º, da Lei n. 6.404/76, sustentando a ausência de interesse de agir, ante a ausência de requerimento administrativo em relação aos documentos societários;

(v) artigo 333, inc. I, do CPC/73, ao argumento de que não houve demonstração de fato constitutivo do direito do autor;

(vi) artigo 402 do Código Civil, aduzindo que o critério para conversão da obrigação em em pecúnia deve ser a data do trânsito em julgado;

(vii) artigo 884 do Código Civil, arguindo que os juros de mora devem incidir a partir do trânsito em julgado;

(viii) artigos 475-C e 475-D do CPC/73, sustentando a necessidade de liquidação por arbitramento; e,

(ix) artigo 170, § 1º, da Lei n. 6.404/76.

Aduziu, ainda, a existência de dissídio jurisprudencial em relação aos pontos

(iv) e (vii).

Apresentadas contrarrazões (fls. 762-774 e-STJ), o apelo extremo foi admitido na origem.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal deve prosperar em parte.

1. Afasta-se, de início, a alegação de negativa de prestação jurisdicional. Não se verifica ofensa ao artigo 535, inc. II, do CPC/73 quando o Tribunal decide, de modo claro e fundamentado, as questões essenciais ao deslinde do feito. Ademais, a Corte estadual não está obrigada a se pronunciar sobre todos os pontos invocados pelas partes, apenas aqueles necessários à solução da lide, conforme a jurisprudência desta Corte.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: **AgInt no REsp 1545617/SC**, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 18/10/2016; **AgInt no REsp 1596790/SP**, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 20/10/2016; **AgInt no AREsp 796.729/MT**, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016; **AgRg no AREsp 499.947/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 22/09/2016.

Alegou a recorrente que o acórdão impugnado restou omissos em relação à tese de julgamento ultra petita ("dobra acionária"), de inépcia da inicial (ausência demonstração de fato constitutivo, pois apresentada apenas cópia da lista telefônica, e não radiografia), bem como à necessidade de liquidação por arbitramento.

No que tange à forma de liquidação, a Corte local, de forma expressa e fundamentada, concluiu necessários apenas cálculos aritméticos (fls. 628-629 e-STJ).

Já em relação ao vício de julgamento e da exordial, as alegações foram devidamente afastadas à fl. 651 e-STJ, no julgamento dos aclaratórios.

Como visto, as teses da insurgente foram apreciadas pelo Tribunal *a quo*, que as afastou apontando os fundamentos jurídicos para tal.

Não há que se falar, portanto, em omissão, sendo certo que os embargos de declaração não se constituem via própria para rejugamento da causa, não havendo espaço para análise de inconformismo quanto ao entendimento adotado.

Nesse sentido: **REsp 1432879/MS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 19/10/2018; **EDcl nos EDcl no REsp 1641575/RJ**, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018; **EDcl no AgInt no REsp 1666792/ES**, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 22/05/2018; **AgInt no AREsp 1179480/RS**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 06/03/2018; **AgInt no REsp 1598364/RS**, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 22/08/2017; **EDcl no AgInt no AREsp 471.597/RJ**, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 20/06/2017.

Afasta-se, portanto, a alegada violação ao artigo 535 do CPC/73.

2. O julgamento proferido pela Corte de origem não extrapolou os limites da demanda, pois "*presente pedido de condenação do pagamento de outras vantagens geradas pela quantidade de ações não subscritas, conforme entendimento desta Corte*,

*não se configura julgamento extra petita o deferimento da dobra acionária, tendo em vista que se perfaz como consectário da complementação do valor das ações da Brasil Telecom" (AgRg no AgRg no AREsp 730.907/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 20/02/2017).*

3. Em relação à alegada inépcia da inicial, bem como à comprovação de fato constitutivo, rever as conclusões da Corte de origem acerca de existência de documentos suficientes para comprovar o direito pleiteado encontra óbice na Súmula 7/STJ, pois demandaria a incursão nos elementos probatórios encartados aos autos.

4. No que tange ao interesse de agir, todavia, assiste razão à insurgente.

Esta Corte Superior, em julgamento submetido à sistemática dos recursos repetitivos (**Temas 42 e 43**), firmou a seguinte tese: *"falta ao autor interesse de agir para a ação em que postula a obtenção de documentos com dados societários, se não logra demonstrar: a) haver apresentado requerimento formal à ré nesse sentido; b) o pagamento pelo custo do serviço respectivo, quando a empresa lhe exigir, legitimamente respaldada no art. 100, parágrafo, 1º da Lei 6.404/1976"* (**REsp 982.133/RS**, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/09/2008, DJe 22/09/2008)

Posteriormente, foi editada, no mesmo sentido, a **Súmula 389/STJ**, *"a comprovação do pagamento do 'custo do serviço' referente ao fornecimento de certidão de assentamentos constantes dos livros da companhia é requisito de procedibilidade da ação de exibição de documentos ajuizada em face da sociedade anônima"*.

O entendimento, de observância obrigatória, é também aplicável, nos termos da jurisprudência desta Corte, às ações ordinárias com pedido incidental de exibição de documentos.

Nesse sentido: **AgInt no REsp 1534368/DF**, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 18/10/2018, DJe 23/10/2018; **AgInt no AREsp 1271960/DF**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018; **AgInt no REsp 1331352/RJ**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 01/12/2016; **AgInt nos EDcl no AREsp 934.742/PR**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 01/12/2016.

No caso, a Corte de origem contrariou tal entendimento ao considerar desnecessário o prévio requerimento (fls. 612-615 e-STJ).

Todavia, inviável o julgamento diretamente por esta instância, já que o autor sustenta que houve requerimento administrativo, não tendo sido apresentados os documentos (fls. 14-15 e 481-482 e-STJ)

Assim, considerando que não houve pronunciamento, por parte das instâncias ordinárias, acerca das condições estabelecidas no julgamento do recurso repetitivo (**apresentação de requerimento formal à empresa, e pagamento pelo custo do serviço respectivo, quando exigido**), faz-se necessário o retorno dos autos à Corte local, para que proceda a novo julgamento do feito, à luz da jurisprudência deste STJ.

5. Ante a necessidade de retorno do feito à instância ordinária para novo julgamento, sobre questão preliminar, bem como a possibilidade de modificação do resultado, resta prejudicada a análise das teses de mérito, sem prejuízo de novo reclamo sobre tais temas, caso mantida a deliberação na origem.

6. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, **dá-se parcial provimento ao recurso especial**, para cassar em parte o acórdão

# *Superior Tribunal de Justiça*

recorrido, determinando o retorno do feito à Corte local, para novo julgamento da questão relativa ao interesse de agir do demandante, à luz da jurisprudência do STJ.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator